

RELATÓRIO DE CONTAS

2017



INTRODUÇÃO

No exercício económico de 2017, à semelhança dos anos anterior, aplicou-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), mais concretamente a Norma Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), determinando a elaboração de quatro Demonstrações Financeiras:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de Resultado por naturezas;
- c) Demonstração de Fluxos de Caixa;
- d) Anexo.

Na sequência do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica”, o perímetro do Estado foi alargado, tendo nesse contexto a ANAFRE sido considerada como Entidade Reclassificada da Administração Local. Atendendo às especificidades da ANAFRE e à sua contabilidade abrangida pelo SNC- Sector Não Lucrativo, apenas considerámos a aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no que se refere à emissão da requisição externa, n.º de compromisso, fundos disponíveis e pagamentos em atraso.

As alterações para as entidades públicas reclassificadas (EPR) são mais amplas, nomeadamente, a prestação de informação no que concerne aos mapas de execução orçamental da Receita e da Despesa, nos termos do POCAL. Acresce referir que, as entidades competentes não emitiram orientações de procedimentos para esta especificidades criando grandes dificuldades de aplicação.

Os obstáculos de implementação são muitos, na medida em que a aplicação informática da contabilidade que dispomos não responde a esta realidade de contabilidade orçamental/ financeira. Prevê-se que com a entrada em vigor do SNC-AP, em 2019, possa haver uma aplicação plena que permita o cumprimento integral das regras contabilísticas.

Além da informação legalmente exigível espelhada nas demonstrações financeiras referidas apresenta-se mais alguma informação circunstancial, mas necessária à compreensão das contas, resultantes da atividade desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Neste relatório apresenta-se também a execução orçamental, bem como o apuramento dos resultados por Centro de Custo.

Apresentam-se ainda mapas de pormenor, sempre que julgarmos facilitadores de percepção dos valores apresentados.

ANÁLISE ECONÓMICA

A situação económica da ANAFRE é positiva refletindo-se no resultado líquido do exercício de 120.321,48 euros.

Os “Rendimentos e Ganhos” perfizeram um total de 1.331.388,87 € e apresentam a composição seguinte:

RENDIMENTOS E GANHOS		2017	2016
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	808.579,59	766.076,71
722	Quotas	808.579,59	766.076,71
75	SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	6.137,41	7.600,00
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	663,58	7.600,00
752	Subsídios de Outras Entidades	5.473,83	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	510.158,54	503.807,47
781	Rendimentos suplementares	9.791,00	1.437,74
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	9.791,00	1.437,74
788	Outros	500.367,54	502.369,73
78.8.1	Correcções relativas a períodos anteriores	361,62	862,39
78.8.3	Imputação de Subsídios ao Investimento	500.005,92	501.507,34
79	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	6.513,33	8.110,45
791	Juros obtidos	6.513,33	8.110,45
TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		1.331.388,87	1.285.594,63

Da análise do quadro apresentado merece realce o seguinte:

- No reconhecimento dos réditos relativos a quotas foi aplicado o princípio da periodização económica, tal como nos anos anteriores, isto é, foram contabilizadas todas as quotas que a ANAFRE tem direito, independentemente do seu recebimento.

Neste contexto, apresenta-se um quadro informativo das quotas pagas e por pagar:

Ano	QUOTAS (€)	
	Pagas em 2017	Por Pagar
2013	2.192,62	14.461,08
2014	4.343,01	13.583,37
2015	18.271,37	16.233,90
2016	72.258,62	54.951,24
2017	690.032,72	118.546,87
TOTAL	787.098,34	217.776,46

- Os rendimentos suplementares estão relacionados com a venda de livros e as inscrições no Congresso de Viseu.
- Relativamente aos subsídios ao investimento, durante o ano de 2017 registaram-se os rendimentos na proporção das depreciações/amortizações dos ativos do projeto de Modernização Administrativa das Freguesias.

Os “ Gastos e Perdas” ocorridos no período em análise totalizaram 1.211.067,39 €, distribuídos da seguinte forma:

GASTOS E PERDAS		2017	2016
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	35,28	758,52
611	Mercadorias	35,28	758,52
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	407.198,40	451.204,07
622	Serviços especializados	108.223,87	91.882,17
62.2.1	Trabalhos especializados	57.200,20	50.701,44
62.2.2	Publicidade e propaganda	4.694,71	6.546,47
62.2.3	Vigilância e segurança	122,80	148,66
62.2.4	Honorários	29.781,00	25.068,79
62.2.6	Conservação e reparação	16.425,16	9.416,81
623	Materials	12.325,68	18.025,47
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	307,02	66,13
62.3.2	Livros e documentação técnica	2.799,00	2.867,00
62.3.3	Material de escritório	4.709,18	4.493,36
62.3.4	Artigos para oferta	4.510,48	10.598,98
624	Energia e fluidos	418,14	728,35
62.4.1	Electricidade	229,26	445,74
62.4.3	Água	188,88	282,61
625	Deslocações, estadas e transportes	218.405,01	269.206,37
62.5.1	Deslocações e estadas	217.727,86	268.815,07
62.5.2	Transportes de pessoal	437,30	391,30
62.5.3	Transportes de mercadorias	239,85	0,00
626	Serviços diversos	67.825,70	71.361,71
62.6.1	Rendas e alugueres	7.330,55	8.275,74
62.6.2	Comunicação	29.631,09	27.546,08
62.6.3	Seguros	5.099,00	10.558,42
62.6.5	Contencioso e notariado	1.127,80	95,00
62.6.6	Despesas de representação	2.414,77	2.705,18
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	1.703,91	3.243,55
62.6.8	Outros serviços	20.518,58	18.937,74
62.6.8.1	Outros Serviços	20.518,58	18.937,74
63	GASTOS COM O PESSOAL	289.664,75	289.378,67
631	Órgãos Sociais	61.125,00	67.000,00
632	Remunerações do pessoal	179.003,53	169.435,11
63.2.01	Vencimentos	119.550,16	120.247,92
63.2.02	Subsídio de Férias	11.408,18	9.547,85
63.2.03	Subsídio de Natal	9.913,57	10.316,38
63.2.05	Subsídio de Refeição	9.966,00	10.605,65
63.2.06	Horas Extra	1.393,66	6.290,69
63.2.07	Compensação por Acordo	19.000,00	0,00
63.2.09	Diuturnidades	4.195,83	6.713,14
63.2.10	Abono para falhas	289,30	315,60
63.2.12	Férias não gozadas	575,84	2.360,55
63.2.14	Outros Abonos	2.710,99	3.037,33
635	Encargos sobre remunerações	47.709,05	50.259,61
63.5.1	Encargos sobre Remunerações	33.872,31	33.267,65
63.5.2	Encargos com senhas CD	13.552,70	16.985,66
63.5.3	FGCT	56,54	6,30
63.5.4	Segurança Social Independentes	227,50	0,00
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	1.180,67	2.328,45
63.6.1	Acidentes de Trabalho	1.180,67	2.328,45
638	Outros gastos com o pessoal	646,50	355,50
63.8.8	Outros custos c\pessoal	646,50	355,50
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	511.897,86	514.744,22
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	2.233,53	2.817,75
681	Impostos	171,64	172,46
68.1.1	Impostos directos	171,64	172,46
688	Outros	2.061,89	2.645,29
68.8.1	Correcções relativas a períodos anteriores	1.621,91	1.831,49
68.8.4	Ofertas e amostras de inventários	305,76	735,00
68.8.9	Outros não Especificados	134,22	78,80
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	37,57	2,38
691	Juros suportados	37,57	2,38
TOTAL DE GASTOS E PERDAS		1.211.067,39	1.258.905,61

9

- A conta de “Trabalhos especializados” inclui, essencialmente, o contrato com a agência de comunicação, serviços de assessoria económico-financeira, serviços tipográficos contratados pelas delegações e para o Congresso, e formação para as Freguesias.
- Os custos relativos a “Honorários” são, principalmente, referentes a prestadores de serviços nas Delegações Distritais/Regionais, para apoio às atividades desenvolvidas.
- Os gastos em “Deslocações, Estadas e transportes” têm um peso bastante significativo no total de gastos do período, justificado pela participação nas iniciativas constantes do relatório de atividades, verificando-se que têm vindo a decrescer todos os anos, refletindo o esforço de contenção de despesa.

Para efeitos de clareza da informação apresenta-se esta despesa por Centros de Custo:

Órgão/Serviços	Valor	%
Estrutura/Serviços SEDE	4.625,32	2,12%
Conselho Geral	36.622,62	16,77%
Conselho Directivo	131.013,67	59,99%
Conselho Fiscal	2.304,01	1,05%
Delegações Distritais	43.839,39	20,07%
Total	218.405,01	100,00%

- Quanto à conta de “Outros Serviços” inclui, principalmente, encargos relacionados com iniciativas organizadas pelo Conselho Directivo e pelas Delegações.
- Nas “Despesas com o Pessoal” verifica-se que cessação do contrato de trabalho com a técnica de apoio à contabilidade e a contratação de técnicos de informática não provocaram grandes oscilações de custos relativamente ao ano anterior.

ANÁLISE FINANCEIRA

A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras é predominantemente de natureza financeira, possibilitando uma análise histórica do desempenho da Associação.

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Modelo Reduzido)		UNIDADE: €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	72.314,77	429.908,41
Activos intangíveis	6	4.316,72	149.215,81
Investimentos Financeiros		1.019,82	320,42
		77.651,31	579.444,64
Activo Corrente			
Inventários		1.693,44	2.034,48
Outras contas a receber		280.062,61	229.654,13
Diferimentos		6.627,95	350,00
Caixa e depósitos bancários	9	1.313.322,67	1.248.536,79
		1.601.706,67	1.480.575,40
Total do activo		1.679.357,98	2.060.020,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	4	1.477.252,44	1.450.563,42
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	10	47.260,90	547.266,82
Resultado líquido do período		120.321,48	26.689,02
Total do Fundo de capital		1.644.834,82	2.024.519,26
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		1.571,53	
Estado e outros entes públicos		7.496,01	8.635,55
Diferimentos			
Outras contas a pagar		25.455,62	26.865,23
		34.523,16	35.500,78
Total do passivo		34.523,16	35.500,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.679.357,98	2.060.020,04

Analisando o Activo da Associação cumpre-me emitir algumas breves considerações:

- As “Outras Contas a Receber” referem-se, essencialmente, aos valores em dívida de freguesias associadas (aprox 218.000 €) e processos relacionados com entidades formadoras.
- As disponibilidades (“Caixa e depósitos bancários”) desagregam-se da seguinte forma:
 - Caixa: 2.735,91 €
 - Depósitos à ordem: 460.586,76 €
 - Depósitos a prazo: 850.000,00 €

Do quadro relativo aos Fundos Patrimoniais e Passivo salientam-se os seguintes aspectos:

- O “Resultado Líquido do período” foi positivo de 120.321,48 €.
- Na conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” encontra-se registada a candidatura associada ao projeto de Modernização Administrativa (Subsídios ao Investimento), e que vai diminuindo na proporção dos rendimentos imputados na proporcionalidade dos gastos, nomeadamente, das depreciações.
- A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” reflete os descontos e encargos relativos a Dezembro a pagar em Janeiro de 2018.
- O direito a férias reporta-se ao trabalho prestado no ano civil anterior, e cumprindo o regime do acréscimo, os encargos com férias que incluem a remuneração correspondente ao período de férias, subsídio de férias e as contribuições para a segurança social, foram estimados e registado o gasto de 25.434,27 € por contrapartida da conta 2722, incluída na rubrica de “Outras Contas a Pagar”.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO REDUZIDO)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	808.579,59	766.076,71
Subsídios à Exploração		6.137,41	7.600,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias-Consumidas		-35,28	-758,52
Fornecimentos e serviços externos		-407.198,40	-451.204,07
Gastos com o pessoal		-289.664,75	-289.378,67
Outras imparidades			
Outros rendimentos e ganhos		516.671,87	511.917,92
Outros gastos e perdas		-2.271,10	-2.820,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		632.219,34	541.433,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-511.897,86	-514.744,22
Resultado operacional		120.321,48	26.689,02
Resultado antes de impostos		120.321,48	26.689,02
Resultado líquido do período		120.321,48	26.689,02

- A Demonstração dos Resultados reflete o resultado líquido do exercício positivo de 120.321,48 € bastante superior ao ano anterior, essencialmente, pelo acréscimo de quotas e diminuição dos gastos de “Fornecimentos e Serviços Externos”.
- Os “Outros Rendimentos e Ganhos” incluem os ganhos associados ao Projeto de Modernização Administrativa, cujos gastos de igual valor se encontram refletidos nos Gastos de Depreciações.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE: €

RUBRICAS	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais- Método Directo		
Recebimentos de Associados	767.643,65	719.215,51
Pagamentos a Fornecedores	-211.881,01	-356.498,85
Pagamentos ao Pessoal/eleitos	-375.927,19	-426.252,07
Caixa gerada pela operações	179.835,45	-63.535,41
Outros recebimentos/Pagamentos	-105.644,44	-103.675,44
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	74.191,01	-167.210,85
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	0,00	1.500,00
Activos Intangíveis	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-9.405,13	0,00
Activos Intangíveis	0,00	-16.742,13
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-9.405,13	-15.242,13
Variação de Caixa e seus Equivalentes	64.785,88	-182.452,98
Caixa e seus Equivalentes no início do período	1.248.536,79	1.430.989,77
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	1.313.322,67	1.248.536,79

Analisada a Demonstração de Fluxos de Caixa constata-se que recebimentos foram suficientes para fazer face aos pagamentos, resultante quer o aumento da arrecadação de receita, quer da diminuição da despesa.

Considerando os fundos patrimoniais transitados de exercícios anteriores, podemos afirmar que a posição de tesouraria é bastante positiva, em 1.313.322,67 €, dos quais 850.000 € são depósitos a prazo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 – Nota Introdutória

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), entidade de direito privado, foi constituída em 11 de Fevereiro de 1989 e declarada pessoa coletiva de utilidade pública em 9 de Fevereiro de 1993.

Constituem os órgãos da Associação, o Congresso Nacional, o Conselho Geral, o Conselho Diretivo e o Conselho Fiscal. As Delegações Distritais e Regionais surgem como forma de representação a nível distrital e regional, estabelecendo o elo de ligação entre o Conselho Diretivo e as Freguesias.

A ANAFRE tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação do Poder Local e em especial:

- a) A representação e defesa das Freguesias perante os Órgãos de Soberania;
- b) A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;

- c) A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus associados;
- d) O desenvolvimento de ações de informação e formação aos eleitos locais;
- e) A representação dos seus membros perante as Organizações Nacionais e Internacionais.

Nota 2 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da NCRF -ESNL.

Acresce registar que a ANAFRE foi considerada entidade pública reclassificada (EPR) no subsector Local, enquadrando-se no âmbito de aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Também por via da Lei de Execução Orçamental as EPR têm algumas obrigações contabilísticas e de prestação de informação comuns às existentes para o subsector local, com as devidas adaptações, e estão excluídas de outras tantas normas. Sendo inexistentes orientações contabilísticas específicas, tem-se a expectativa que a aplicação em pleno da SNC-AP em 2019 venha facilitar a aplicação das normas contabilísticas às EPR.

Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e os registos contabilísticos efetuados de acordo com o SNC.

Nota 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Pela aplicação do SNC os réditos devem ser mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Assim, em cumprimento do regime do acréscimo, as quotas cujo pagamento está previsto estatutariamente, são reconhecidas no ano a que respeitam por esta ser uma obrigação que decorre da condição de associado, e portanto um direito da ANAFRE.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, utilizando o método das quotas constantes com registo duodecimal.

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULAR.	SALDO FINAL
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Edifícios e Outras Construções	85.517,29	0,00	0,00	85.517,29
Equipamento Básico	12.931,44	0,00	0,00	12.931,44
Equipamento Administrativo	1.283.643,53	9.405,13	0,00	1.293.048,66
Outras Imobilizações Corpóreas	3.047,51	0,00	0,00	3.047,51
TOTAL	1.385.139,77	9.405,13	0,00	1.394.544,90
DEPRECIÇÕES				
Edifícios e Outras Construções	72.131,70	1.674,11	0,00	73.805,81
Equipamento Básico	12.931,44	0,00	0,00	12.931,44
Equipamento Administrativo	867.411,39	365.195,15	0,00	1.232.606,54
Outras Imobilizações Corpóreas	2.756,83	129,51	0,00	2.886,34
TOTAL	955.231,36	366.998,77	0,00	1.322.230,13
VALOR LIQUIDO	429.908,41	-357.593,64		72.314,77

Nota 6 – Ativos Fixos Intangíveis

Nos ativos intangíveis estão registados os softwares. Estas despesas foram reconhecidas como ativos, por gerarem benefícios futuros para a Associação.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em duodécimos.

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULAR.	SALDO FINAL
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de Computador	457.574,64			457.574,64
TOTAL	457.574,64	0,00	0,00	457.574,64
AMORTIZAÇÕES				
Programas de Computador	308.358,83	144.899,09		453.257,92
TOTAL	308.358,83	144.899,09	0,00	453.257,92
VALOR LIQUIDO	149.215,81	-144.899,09	0,00	4.316,72

Nota 7 – Rédito

Os rendimentos de prestação de serviços (quotas) são registados tendo em conta o regime do acréscimo, isto é, foram contabilizadas todas as quotas que se deveriam ter recebido, pois constitui um dever dos associados, embora, alguma dessa receita só venha obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Nota 8 – Número Médio de Pessoas ao Serviço da Empresa

CATEGORIA	N.º PESSOAS
Técnica Oficial de Contas	1
Jurista (*)	3
Analista de Informática	1
Programador de Informática	1
Técnica de Secretariado	1
Assistente Administrativa	2
TOTAL	9

(*) A Jurista Dora Sousa foi designada, para exercer funções de Técnica Especialista no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, desde 01/09/2017.

Nota 9 – Caixa e Depósitos Bancários

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		UNIDADE: €
CAIXA		2.735,91
Caixa		250,00
Caixa- Delegações Distritais		2.485,91
DEPÓSITOS À ORDEM		460.586,76
CGD - Formação Acção 2009/2011		5.111,77
Novo Banco		24.569,60
CGD-POSI		1.169,62
CGD- Praça do Chile		95.387,77
Depósitos à Ordem - Delegações Distritais		218.808,86
Novo Banco - Proj. Financiados		2.197,33
Novo Banco - Modern. Administ.		12.126,19
BPG- Banco Português de Gestão		100.215,62
Montepio Geral		1.000,00
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS		850.000,00
CGD- DP		50.000,00
Novo Banco - DP		800.000,00

Nota 10 – Subsídios

Nos projetos relacionados com subsídios ao Investimento (Modernização Administrativa) a política contabilística adotada consubstancia-se no registo dos valores em candidaturas em Fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

9

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

GASTOS E PERDAS		ORÇAMENTO	REAL	DESVIO (REAL-ORÇAMENTO)	VARIAÇÃO %
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	35,28	35,28	
611	Mercadorias	0,00	35,28	35,28	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	450.300,00	407.198,40	-43.101,60	-9,57
622	Serviços especializados	114.200,00	108.223,87	-5.976,13	-5,23
62.2.1	Trabalhos especializados	60.000,00	57.200,20	-2.799,80	-4,67
62.2.2	Publicidade e propaganda	6.000,00	4.694,71	-1.305,29	-21,75
62.2.3	Vigilância e segurança	200,00	122,80	-77,20	-38,60
62.2.4	Honorários	30.000,00	29.781,00	-219,00	-0,73
62.2.6	Conservação e reparação	18.000,00	16.425,16	-1.574,84	-8,75
623	Materiais	13.200,00	12.325,68	-874,32	-6,62
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	400,00	307,02	-92,98	-23,25
62.3.2	Livros e documentação técnica	2.800,00	2.799,00	-1,00	-0,04
62.3.3	Material de escritório	5.000,00	4.709,18	-290,82	-5,82
62.3.4	Artigos para oferta	5.000,00	4.510,48	-489,52	-9,79
624	Energia e fluidos	500,00	418,14	-81,86	-16,37
62.4.1	Electricidade	300,00	229,26	-70,74	-23,58
62.4.3	Água	200,00	188,88	-11,12	-5,56
625	Deslocações, estadas e transportes	230.000,00	218.405,01	-11.594,99	-5,04
626	Serviços diversos	92.400,00	67.825,70	-24.574,30	-26,60
62.6.1	Rendas e alugueres	11.000,00	7.330,55	-3.669,45	-33,36
62.6.2	Comunicação	30.000,00	29.631,09	-368,91	-1,23
62.6.3	Seguros	10.500,00	5.099,00	-5.401,00	-51,44
62.6.5	Contencioso e notariado	2.000,00	1.127,80	-872,20	-43,61
62.6.6	Despesas de representação	2.500,00	2.414,77	-85,23	-3,41
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	2.000,00	1.703,91	-296,09	-14,80
62.6.8	Outros serviços	34.400,00	20.518,58	-13.881,42	-40,35
62.6.8.1	Outros Serviços	34.400,00	20.518,58	-13.881,42	-40,35
63	GASTOS COM O PESSOAL	308.200,00	289.664,75	-18.535,25	-6,01
631	Órgãos Sociais	75.000,00	61.125,00	-13.875,00	-18,50
632	Remunerações do pessoal	180.000,00	179.003,53	-996,47	-0,55
635	Encargos sobre remunerações	50.000,00	47.709,05	-2.290,95	-4,58
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	2.500,00	1.180,67	-1.319,33	-52,77
638	Outros gastos com o pessoal	700,00	646,50	-53,50	-7,64
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	0,00	511.897,86	511.897,86	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	2.400,00	2.233,53	-166,47	-6,94
681	Impostos	200,00	171,64	-28,36	-14,18
68.1.1	Impostos directos	200,00	171,64	-28,36	-14,18
688	Outros	2.200,00	2.061,89	-138,11	-6,28
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	100,00	37,57	-62,43	
691	Juros suportados	100,00	37,57	-62,43	-62,43
TOTAL DE GASTOS E PERDAS		761.000,00	1.211.067,39	450.067,39	59,14
43	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	14.000,00	9.405,13	-4.594,87	-32,82
4332	Edifícios e Outras Construções	1.000,00	0,00	-1.000,00	-100,00
4335	Equipamento Administrativo	13.000,00	9.405,13	-3.594,87	-27,65
TOTAL DE INVESTIMENTOS		14.000,00	9.405,13	-4.594,87	-32,82
TOTAL DE GASTOS E PERDAS E INVESTIMENTOS		775.000,00	1.220.472,52	445.472,52	57,48
RENDIMENTOS E GANHOS		ORÇAMENTO	REAL	DESVIO (REAL-ORÇAMENTO)	VARIAÇÃO %
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	765.000,00	808.579,59	43.579,59	5,70
722	Quotas	765.000,00	808.579,59	43.579,59	5,70
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	0,00	6.137,41	6.137,41	
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	6.137,41	6.137,41	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	510.158,54	510.158,54	
781	Rendimentos suplementares	0,00	9.791,00	9.791,00	
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	0,00	9.791,00	9.791,00	
788	Outros	0,00	500.367,54	500.367,54	
78.8.1	Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	361,62	361,62	
78.8.3	Imputação de Subsídios ao Investimento	0,00	500.005,92	500.005,92	
79	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	10.000,00	6.513,33	-3.486,67	-34,87
791	Juros obtidos	10.000,00	6.513,33	-3.486,67	-34,87
TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		775.000,00	1.331.388,87	556.388,87	71,79

Breves considerações sobre a variação de algumas rubricas:

- O orçamento de *Rendimentos e Ganhos* foi executado acima do previsto em 72%, devido aos subsídios ao investimento, mas estes não são refletidos num só ano, serão em vários anos na proporção das depreciações/amortizações, e não são orçamentados, da mesma forma que as depreciações/amortizações também não constam do orçamento.
Quanto à principal fonte de receita da Associação (quotizações) superou o previsto em 6%. Contudo, como já foi explicado anteriormente, este valor não corresponde a receita cobrada, mas às quotizações que a ANAFRE tem direito a receber.
- A conta de *Deslocações e Estadas* ficou abaixo do orçamentado 5 %. Refira-se que 60% são custos de deslocações e estadas do Conselho Diretivo, 17% do Conselho Geral, 20% das Delegações Regionais, 1% do Conselho Fiscal, e o restante da Estrutura e eventos.
- Refira-se que o orçamento foi cumprido, tendo a execução em muitas rubricas de gastos ficado abaixo do previsto.
- No que concerne às Delegações Distritais/Regionais apresenta-se o quadro com informação relativa às transferências de verbas efetuadas pelos serviços centrais, bem como os gastos de cada Delegação.

DELEGAÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS	TRANSFERÊNCIAS DA SEDE	GASTOS DE FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTOS
Aveiro	13.780,76	286,50 €	0,00 €
Beja	6.680,06	5.036,14 €	0,00 €
Braga	5.263,04	6.783,90 €	0,00 €
Bragança	3.090,11	2.337,65 €	0,00 €
Castelo Branco	3.764,59	2.295,04 €	0,00 €
Coimbra	4.400,98	10.478,20 €	0,00 €
Évora	7.269,37	6.739,06 €	0,00 €
Faro	7.365,13	4.834,00 €	0,00 €
Guarda	3.711,67	6.226,12 €	0,00 €
Leiria	6.907,15	6.511,99 €	0,00 €
Lisboa	18.580,47	16.776,32 €	0,00 €
Portalegre	0,00	936,16 €	0,00 €
Porto	13.638,43	12.287,01 €	0,00 €
Santarém	0,00	7.538,37 €	1.249,00 €
Setúbal	10.697,40	12.688,23 €	0,00 €
Viana do Castelo	3.491,90	5.213,81 €	0,00 €
Vila Real	3.959,18	4.048,24 €	0,00 €
Viseu	5.203,50	7.257,91 €	0,00 €
RA Açores	6.864,27	10.364,57 €	0,00 €
RA Madeira	5.074,49	5.495,26 €	0,00 €
	129.742,50	134.134,48 €	1.249,00 €

CENTROS DE CUSTO

CENTROS DE CUSTO		RESULTADO (€)
1 ANAFRE- Funcionamento		120.321,48
101 SEDE		245.472,95
1.01.01	Estrutura	491.311,21
1.01.02	Conselho Geral	-36.622,62
1.01.03	Conselho Directivo	-206.911,63
1.01.04	Conselho Fiscal	-2.304,01
102 DELEGAÇÕES DISTRITAIS		-134.134,48
1.02.01	Delegação Distrital de Aveiro	-286,50 €
1.02.02	Delegação Distrital de Beja	-5.036,14 €
1.02.03	Delegação Distrital de Braga	-6.783,90 €
1.02.04	Delegação Distrital de Bragança	-2.337,65 €
1.02.05	Delegação Distrital de Castelo Branco	-2.295,04 €
1.02.06	Delegação Distrital de Coimbra	-10.478,20 €
1.02.07	Delegação Distrital de Évora	-6.739,06 €
1.02.08	Delegação Distrital de Faro	-4.834,00 €
1.02.09	Delegação Distrital de Guarda	-6.226,12 €
1.02.10	Delegação Distrital de Leiria	-6.511,99 €
1.02.11	Delegação Distrital de Lisboa	-16.776,32 €
1.02.12	Delegação Distrital de Portalegre	-936,16 €
1.02.13	Delegação Distrital de Porto	-12.287,01 €
1.02.14	Delegação Distrital de Santarém	-7.538,37 €
1.02.15	Delegação Distrital de Setúbal	-12.688,23 €
1.02.16	Delegação Distrital de Viana do Castelo	-5.213,81 €
1.02.17	Delegação Distrital de Vila Real	-4.048,24 €
1.02.18	Delegação Distrital de Viseu	-7.257,91 €
1.02.19	Delegação Distrital dos Açores	-10.364,57 €
1.02.20	Delegação Distrital da Madeira	-5.495,26 €
108 Livro "Freguesias na Organização do Estado"		81,00
118 XVI - Congresso da ANAFRE- Viseu		8.902,01
2 ANAFRE- Investimento		-10.104,53
201 SEDE		-8.855,53
2.01.01	Estrutura	-8.855,53
202 DELEGAÇÕES DISTRITAIS		-1.249,00
2.02.14	Delegação Distrital de Santarém	-1.249,00

- O centro de custo da SEDE – Estrutura apresenta um resultado positivo, pois estão refletidas todas as quotas de 2017, e os gastos de estrutura, isto é, gastos com pessoal, e as despesas de funcionamento.
- Os resultados negativos dos centros de custo dos órgãos da ANAFRE são o reflexo dos gastos de deslocação e estadas, despesas de representação, senhas de presença para a participação dos membros nas reuniões/iniciativas.
- Os centros de custo das Delegações apresentam resultados negativos, na medida em que as transferências efetuadas pelos serviços centrais não constituem receitas das delegações, contabilisticamente, são meras transferências de contas bancárias, tendo apenas reflexo na tesouraria, refletindo-se nos centros de custo os gastos.

9

MAPAS DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA (POCAL)

Mapa de Controlo Orçamental da Despesa		Ano: 2017		
Código	Designação	Montante (€)		
CE	DESPESAS CORRENTES	Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Grau de Execução (%)
01.	Despesas com o pessoal	308.200,00	289.664,75	93,99
01.01	Remunerações certas e permanentes	255.000,00	240.128,53	94,17
01.01.02	Órgãos sociais	75.000,00	61.125,00	81,50
01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	180.000,00	179.003,53	99,45
01.03	Segurança Social	53.200,00	49.536,22	93,11
01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	50.000,00	47.709,05	95,42
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.200,00	1.827,17	57,10
02.	Aquisição de bens e serviços	450.300,00	407.233,68	90,44
02.01	Aquisição de bens	15.200,00	14.064,87	92,53
02.01.04	Limpeza e higiene	2.000,00	1.703,91	85,20
02.01.08	Material de escritório	5.000,00	4.709,18	94,18
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	4.510,48	90,21
02.01.17	Ferramentas e utensílios	400,00	307,02	76,76
02.01.18	Livros e documentação técnica	2.800,00	2.799,00	99,96
02.01.21	Outros bens	0,00	35,28	
02.02	Aquisição de serviços	435.100,00	393.168,81	90,36
02.02.01	Encargos das instalações	500,00	418,14	83,63
02.02.03	Conservação de Bens	18.000,00	16.425,16	91,25
02.02.04	Locação de edifícios	9.064,40	6.792,69	74,94
02.02.08	Locação de outros bens	1.935,60	537,86	27,79
02.02.09	Comunicações	30.000,00	29.631,09	98,77
02.02.11	Representação dos serviços	2.500,00	2.414,77	96,59
02.02.12	Seguros	10.500,00	5.099,00	48,56
02.02.13	Deslocações e estadas	230.000,00	218.405,01	94,96
02.02.17	Publicidade	6.000,00	4.694,71	78,25
02.02.18	Vigilância e Segurança	200,00	122,80	61,40
02.02.20	Outros trabalhos especializados	90.000,00	86.981,20	96,65
02.02.25	Outros Serviços	36.400,00	21.646,38	59,47
03.	Juros e outros encargos	100,00	37,57	37,57
03.05	Outros Juros	100,00	37,57	37,57
03.05.02	Outros	100,00	37,57	37,57
06.	Outras Despesas Correntes	2.400,00	2.233,53	93,06
06.02	Outras Despesas Correntes - Diversas	2.400,00	2.233,53	93,06
06.02.01	Impostos e taxas	200,00	171,64	85,82
06.02.03.05	Outras	2.200,00	2.061,89	93,72
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		761.000,00	699.169,53	91,88
CE	DESPESAS CAPITAL	Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Grau de Execução (%)
07.	Aquisição de Bens de Capital	14.000,00	9.405,13	67,18
07.01	Investimentos	14.000,00	9.405,13	67,18
07.01.03	Edifícios	1.000,00	0,00	0,00
07.01.03.01	Instalações dos Serviços	1.000,00	0,00	0,00
07.01.07	Equipamento Informático	5.000,00	1.405,21	28,10
07.01.09	Equipamento Administrativo	8.000,00	7.999,92	100,00
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL		14.000,00	9.405,13	67,18
TOTAL GERAL		775.000,00	708.574,66	91,43

Mapa de Controlo Orçamental da Receita					Ano: 2017
Código	Designação	Montante (€)			
CE	RECEITAS CORRENTES	Previsão Corrigida	Receita Liquidada	Grau de Execução (%)	
05.	Rendimentos da Propriedade	10.000,00	6.513,33	65,13	
05.02	Juros - Sociedades financeiras	10.000,00	6.513,33	65,13	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	10.000,00	6.513,33	65,13	
06.	Transferências Correntes	0,00	6.137,41		
06.03	Administração Central	0,00	6.137,41		
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	0,00	5.473,83		
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos (IEFP)	0,00	663,58		
07.	Venda de bens e serviços correntes	765.000,00	818.370,59	106,97	
07.01	Venda de Bens	0,00	81,00		
07.01.99	Outros	0,00	81,00		
07.02	Serviços	765.000,00	818.289,59	106,97	
07.02.99	Outros - Quotas	765.000,00	808.579,59	105,70	
07.02.99.01	Outros - Quotas	765.000,00	808.579,59		
07.02.99.02	Rendimentos Suplementares	0,00	9.710,00		
08.	Outras receitas corrente	0,00	361,62		
08.01.99	Outras - Outras	0,00	361,62		
08.01.99.99	Outras Receitas Correntes - Diversas	0,00	361,62		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		775.000,00	831.382,95	107,28	
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL		0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL		775.000,00	831.382,95	107,28	

MAPA DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (POCAL)

Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos										(unidade Euro)
Objectivo	Código de Classificação Económica	Número do Projecto/ Acções	Designação do Programa e Projecto	Forma de Realização	Respons.	Datas		Montante Previsto	Montante Executado	Grau de Execução (%)
						início	Fim			
1			Funções Gerais					14.000,00	9.405,13	67,18
1.1.0			Serviços Gerais de Administração Pública					14.000,00	9.405,13	67,18
1.1.1			Administração Geral					14.000,00	9.405,13	67,18
	07.01.03.01	2017/01	Edifício- Sede Benedita	E	CD	01-01-2017	31-12-2017	1.000,00	0,00	0,00
	07.01.07	2017/02	Aquisição de Equipamento Informático	O	CD	01-01-2017	31-12-2017	5.000,00	1.405,21	28,10
	07.01.09	2016/04	Aquisição de Equipamento Administrativo/Envelopadora	O	CD	01-01-2016	31-12-2017	0,00	0,00	0,00
	07.01.09	2017/03	Aquisição de Equipamento Administrativo/Mobiliário	O	CD	01-01-2017	31-12-2017	8.000,00	7.999,92	100,00
Total Geral								14.000,00	9.405,13	67,18

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018

A Contabilista Certificada

(CC n.º 81056)

Carla Sofia Martins

(Carla Martins dos Reis)

O Coordenador do Pelouro de

Administração, Finanças e Património

(Armando Manuel Diniz Vieira)

O Presidente do Conselho Diretivo

(Pedro Cegonho)